



SABATINA COM PRÉ-CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Propostas urgentes para corrigir os rumos do país

Em rodada de entrevistas no **Correio**, presidenciáveis avaliam a simplificação do sistema de impostos e seus impactos, o arcabouço fiscal e outros temas relevantes para o Brasil. Eles também apresentam seus planos para a economia

» FERNANDA STRICKLAND
» LUÍZA ALTOÉ
» ALÍCIA BERNARDES
» DANANDRA ROCHA
» MARIA BEATRIZ GIUSTI*
» PEDRO JOSÉ*

A economia brasileira foi um dos principais temas da tradicional sabatina promovida pelo **Correio Braziliense** com pré-candidatos à Presidência da República. Essa foi a primeira rodada de entrevistas com os postulantes ao Planalto. Cada participante teve a oportunidade de detalhar propostas de governo, discorrer sobre temas relevantes para a população brasileira e responder os questionamentos apontados por editores e colunistas do **Correio**.

O primeiro presidenciável sabatinado foi Hertz da Conceição Dias, do PSTU. Ele defendeu a revogação do arcabouço fiscal, das reformas da Previdência, trabalhista e tributária, além da suspensão do pagamento da dívida pública. O pré-candidato também criticou o modelo econômico adotado pelo país, afirmou que a carga tributária recai sobre os trabalhadores e defendeu uma reforma tributária progressiva. “Não existe deficit da Previdência. Nós vamos revogar as reformas da Previdência, suspender o pagamento da dívida pública e revogar o arcabouço fiscal, que nada mais é do que uma maquiagem do que era o teto de gastos do governo”, argumentou.

Questionado sobre como avalia a reforma tributária e a respeito de propostas para a economia, Dias classificou as mudanças recentes como “contrarreformas” e disse que elas prejudicam os trabalhadores. Além da reforma trabalhista e da reforma tributária, ele defendeu a revogação do Novo Ensino Médio.

Segundo Dias, a reforma trabalhista ampliou a precarização das relações de trabalho e favoreceu a terceirização a partir de uma ótica histórica de opressão. “O Brasil tem uma das burguesias mais reacionárias do mundo, forjada em quase 400 anos de escravidão.”

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Na sabatina, no auditório do jornal, cada participante teve a oportunidade de discorrer sobre assuntos que impactam a população

O pré-candidato destacou ainda que a reforma tributária não enfrentou temas que considera essenciais, como a revisão da Lei Kandir, que concede benefícios fiscais às exportações de produtos primários. “Uma reforma tributária séria no Brasil teria que ser progressiva: quanto mais você recebe, mais tem que pagar. Os bilionários estão intocados neste país”, criticou.

Já Augusto Cury, presidenciável do Avante, defendeu o controle dos gastos públicos, a reforma administrativa e a redução da estrutura do governo como parte de uma estratégia para enfrentar o deficit fiscal.

Ao responder sobre a situação das contas públicas, Cury afirmou que a responsabilidade fiscal deve ser prioridade para qualquer governo. “O Estado brasileiro gastou, no ano passado, mais de R\$ 1 trilhão, apenas para financiar a dívida federal. Isso não é sustentável”, enfatizou.

O pré-candidato também relacionou o equilíbrio fiscal à redução

da taxa básica de juros. Segundo ele, os juros elevados dificultam o funcionamento da economia. “Se nós não tivermos responsabilidade fiscal para baixarmos os juros, essa taxa Selic, que por um lado é responsável por controlar a inflação, por outro lado está asfixiando completamente o comércio, a indústria e a agricultura”, frisou.

Ao ser perguntado sobre a possibilidade de reduzir o número de ministérios, Cury confirmou que pretende promover mudanças na estrutura administrativa, mas evitou antecipar quais pastas seriam afetadas. “Eu cortaria ministérios, mas não vou entrar em detalhes agora porque tenho procurado pacificar a nação e lutar contra a polarização, focando no que realmente importa”, argumentou. “Faremos, sim, cortes e uma reforma administrativa. Vou conversar com vários economistas a esse respeito, pois precisamos de uma auditoria séria em todos os gastos públicos.”

Presidenciável do PSD, Ronaldo

Extinção de impostos

A perspectiva é de que, a partir de 2027, haverá a extinção dos atuais PIS e Cofins, substituídos de forma integral pela CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) com alíquota cheia. Além disso, ocorrerá a redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) a zero — exceto para a Zona Franca de Manaus — e a implementação do Imposto Seletivo (IS) sobre produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Caiado demonstrou preocupação com a implementação da nova **reforma tributária** e defendeu que haja simulações para identificar os possíveis impactos antes da entrada em vigor.

Caiado avaliou negativamente a estruturação de um modelo único tributário, a ser implementado “de dia para noite”, em um país de dimensões continentais. Defendeu a realização de simulações dos impactos da medida “para que não destruamos a economia formal”. Segundo ele, a alta carga tributária — tendo em vista que a alíquota estimada do Imposto sobre Valor

Agregado (IVA) é de 28% — aumentará a informalidade e poderá provocar um “colapso” de pequenas e microempresas. “Uma sequela gravíssima”, ressaltou.

O ex-governador de Goiás defendeu a discussão de uma reforma no sistema previdenciário. Com o aumento do número de aposentados e a redução de trabalhadores ativos, ele apontou para a necessidade de pensar em um novo projeto de sustentação financeira da Previdência.

Também participou da sabatina o pré-candidato do PRTB e presidente da legenda, Leonardo Avalanche. Ele defendeu uma ampla

reformulação do sistema tributário, afirmando que o modelo atual favorece grandes empresas e dificulta a vida de pequenos empreendedores. Também afirmou que pretende preservar os direitos dos servidores da administração tributária, mas defendeu a modernização da máquina pública.

Avalanche criticou o sistema de arrecadação vigente e voltou a defender a criação de um imposto único sobre transações financeiras. Segundo o pré-candidato, o modelo tributário foi estruturado para beneficiar grandes grupos econômicos. “Esse nosso modelo tributário é feito para proteger grandes empresas, grandes aglomerados”, enfatizou.

Como alternativa, Avalanche voltou a defender a cobrança de uma alíquota de 3,5% sobre transações financeiras. “Os bancos e as fintechs, no ano de 2025, movimentaram quase R\$ 200 trilhões. Se você põe 3,5% por transação, está só falando de quase triplicar a arrecadação”, destacou.

Para o pré-candidato, a simplificação do sistema tributário também beneficiaria pequenos negócios. Segundo ele, “o pequeno trabalhador e o pequeno empresário pagam toda essa questão dos grandes empresários”.

Ao tratar da administração pública, Avalanche afirmou que pretende manter os direitos dos servidores. “Nós temos que assegurar que todo trabalhador tenha seu direito de permanência, de receber o seu salário, das suas garantias, do seu plano de saúde”, declarou.

Segundo Avalanche, o atual sistema tributário torna a atividade empresarial inviável e contribui para o fechamento de negócios nos primeiros anos de funcionamento. “Hoje, um empresário demora de dois a seis anos para fechar. Cada 100 empresas que abrem, 90 fecham nesse período, pelo modelo tributário”, argumentou.

Participaram da sabatina os jornalistas Carlos Alexandre de Souza, Carmen Souza, Ana Maria Campos e Denise Rothenburg.

***Estagiários sob a supervisão de Cida Barbosa**

Reforma tributária: pela regulamentação

Representantes de entidades do Fisco defenderam, ontem, que a regulamentação da reforma tributária seja uma das prioridades do próximo governo federal. Antes da sabatina com pré-candidatos à Presidência, dirigentes de associações ligadas à administração tributária afirmaram que a implementação das mudanças previstas na emenda constitucional dependerá do fortalecimento das administrações tributárias e da participação dos fiscos federal, estaduais e municipais na condução do processo.

O presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Carlos José de Castro, afirmou que o momento eleitoral é uma oportunidade para que as entidades apresentem suas demandas aos presidenciáveis e para que os candidatos exponham suas propostas ao eleitorado.

“Trata-se do futuro do país que vai ser decidido no final do ano, no processo eleitoral”, afirmou.

Segundo ele, a participação da Anfip na sabatina permitiu que os candidatos conhecessem “os pleitos e os propósitos que as entidades associativas buscam para a defesa dos interesses dos seus associados”, além de dar à população a oportunidade de avaliar as propostas antes da eleição.

A regulamentação da reforma tributária também foi apontada como a principal preocupação da Federação Nacional de Auditores Fiscais Tributários (Fenat). O presidente da entidade, Glauco Honório, avaliou que a aprovação da emenda constitucional representou um avanço, mas ressaltou que a concretização da reforma dependerá da atuação da administração tributária. “A reforma tributária tem que ser realizada, e para ser realizada, o Fisco é parte importante disso”, disse.

Na avaliação de Honório, o tema ainda recebe pouca atenção nos programas de governo, apesar de sua relevância para o

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Carlos José de Castro, presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip)

funcionamento do Estado e para a economia. “O Brasil está pedindo isso, a economia brasileira está pedindo isso, os empresários estão

pedindo isso, e o cidadão pedindo, porque todos eles estão integrados. O imposto é uma parte importante do Estado, não pode ser relegado

a uma coisa menor”, acrescentou.

A presidente da Associação Nacional de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), Maria

Aparecida Meloni, também defendeu a conclusão da regulamentação da reforma tributária e afirmou que o processo deve ser acompanhado pela aprovação da Lei Orgânica Nacional da Administração Tributária.

“Aquilo que é a nossa maior expectativa do Fisco é a reforma tributária aprovada desde 2023. A gente quer que ela seja regulamentada devidamente e que traga no seu bojo uma peça importante que falta, que é a aprovação da Lei Orgânica Nacional da Administração Tributária”, frisou.

Segundo Meloni, a sabatina promovida pelo **Correio** também representa uma oportunidade para que as entidades conheçam as propostas dos pré-candidatos à Presidência e obtenham deles compromissos com temas considerados estratégicos para o futuro do sistema tributário brasileiro.

A Unafisco Nacional também apoiou a sabatina com pré-candidatos à Presidência. (FS)